

ANA PAULA RAMOS FERREIRA

# Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?

  
MINISTÉRIO DA CULTURA

  
INSTITUTO PORTUGUÊS  
DE ARQUEOLOGIA

TRABALHOS DE ARQUEOLOGIA; 34

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
António Marques de Faria

DESIGN GRÁFICO  
[www.tvmdesigners.pt](http://www.tvmdesigners.pt)

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO  
Facsimile, Lda.

TIRAGEM  
500 exemplares

Depósito Legal  
158769/00

ISSN 0871-2581  
ISBN 972-8662-17-3

Instituto Português de Arqueologia  
LISBOA  
2004

O Instituto Português de Arqueologia respeita os originais dos textos que lhe são enviados pelos autores, não sendo, assim, responsável pelas opiniões expressas nos mesmos, bem como por eventuais plágios, cópias, ou quaisquer outros elementos que de alguma forma possam prejudicar terceiros.

A meus pais



## ÍNDICE

<b>PRÓLOGO</b>	8
<b>PREÂMBULO</b>	12
<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>I PARTE – EPIGRAFIA E SOCIEDADE</b>	20
1. A população	21
1.1. Análise onomástica	21
1.2. Componentes sociais	25
1.2.1. Servos e libertos	25
1.2.2. A nata local	26
1.2.3. Os imigrantes	29
1.3. Reflexos da vida social e privada	31
2. A mensagem	34
2.1. Análise demográfica	34
2.2. Especificidades textuais	35
3. O monumento	38
4. Em jeito de conclusão...	42
<b>II PARTE – CATÁLOGO EPIGRÁFICO</b>	48
Distrito de Castelo Branco	49
Distrito da Guarda	185
De proveniência desconhecida	200

---

<b>ÍNDICES EPIGRÁFICOS</b>	<b>206</b>
Nomina	207
Cognomina	211
Res militaris	220
Civitas romana	220
Geographica	220
Artes et officia	221
Carmina	222
Compendia scripturae	222
Notabilia varia	223

---

<b>TÁBUAS DE CORRESPONDÊNCIA</b>	<b>226</b>
----------------------------------	------------

---

<b>PROVENIÊNCIA DAS EPÍGRAFES</b>	<b>232</b>
-----------------------------------	------------

---

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>236</b>
---------------------	------------

---

<b>ESTAMPAS</b>	<b>244</b>
-----------------	------------



# Prólogo



## Mansão para a Eternidade...

E, anos volvidos sobre este peregrinar, frenesim quotidiano em busca de alimentos para que, ao anoitecer, o lume do cepto aqueça os corpos e o espírito se sinta em reconforto ... um dia, o Homem e os seus entes mais chegados deram-se conta de que as forças faltavam e urgia preparar descansos. Não o de uma eventual sesta de retempero, não o de uma noite tranquila na certeza de que o Sol voltaria a brilhar na manhã seguinte, mas o de uma noite bem longa, de um sono que não conteria regresso...

Urgia, por isso, tudo preparar. No dia-a-dia, por vezes, atamancavam-se umas peles, levantavam-se ramadas, estacionava-se onde quer que era preciso. Agora, não — que o tempo seria outro. Poderia escrever-se por cima «aqui jaz» e tem tantos anos, a dar a ilusão de que esse tempo acabara por parar naquele preciso momento e assim permaneceria para sempre... Poderia. Ilusão era, porém. E disso havia a certeza.

De qualquer modo, sempre no Outono da vida é a saudade da infância que aumenta, os longes tornam-se mais presentes, sabemos exactamente como era o lar, a casa donde partimos. Fechando os olhos, vemos tudo muito claro, cada pormenor em seu lugar...

Esse o desafio que propus a Ana Paula Ferreira: que examinasse como é que tudo se havia passado nestas paragens da actual Beira Interior. Existiam povos aqui; chegaram os Romanos com o seu modo de vida e as suas ideologias; desavenças terá havido, choque de mentalidades pouco a pouco a esboroar-se na construção de um quotidiano vivido. Que, por aqui, verdade se diga, os tempos nunca seriam de *otium*. A aspereza da terra e do clima convidariam, antes, a uma entreajuda sem peias.

Da labuta diária, anónima, que poderia ficar-nos? Nada, a não ser cerâmica em cacos, utensílios alguns, a mostrar que seriam como nós, no trabalho e nos comerres. Das casas 'comuns' falariam escassas ruínas; das casas maiores, quem sabe quem lá viveria?

Voltámo-nos, então, para os epitáfios, essas poucas linhas, pensadas no crisol de muito sofrer. E salvava-se, assim, o nome do esquecimento, como sugerira Gabriel Sanders. O do defunto e, mui possivelmente, o do dedicante também, na esperança de que, tempos depois, mão amiga ali o viesse depositar junto aos seus familiares, para sempre. A invocação aos deuses Manes, protectores no Além, não foi, ao que parece, hábito consagrado, provavelmente por ter conotações cidadinas e, nestas bandas, embora, aqui e acolá, núcleos urbanos houvesse e as gentes a eles se deslocassem em dias de festa ou no cumprimento aborrecido de cívicas obrigações, a solidez das penedias, o aconchego da terra que abraçava raízes constituiria, sem dúvida, uma presença maior.

Claro, os formulários teriam de ser os que cedo se estipularam. O *hic situs est* depressa se assimilou, porque vinha bem ao encontro do que se imaginava. «Que a terra te seja leve», *sit tibi terra levis*, entrou aqui e além, mas não se enraizou demais. Importante era o *faciendum curavit*, «mandou fazer», para garantir propriedade, trabalho de suas mãos, a legitimamente transmitir à descendência. Quiçá foi essa a razão pela qual, proporcionalmente, *ex testamento*, «por testamento», rapidamente se aprendeu e amiúde se fez questão em definir os graus de parentesco entre dedicantes e defuntos, não apenas a mãe e o pai — por tristeza bem patente — mas a esposa, o liberto ou a liberta e até o *hospes* ou o *socer*...

Sinal desse carácter inovador — e Ana Paula frisa-o correctamente — é a adopção precoce do mecanismo da libertação. Identificados mesmo à maneira indígena, os libertos constituem, afinal, uma franja significativa da população que se perpetua, precisamente porque... é jus dessa perpetuação da memória.

Terra onde a pedra abunda mas onde, também, facilmente se reutiliza, a Beira Interior pouco nos disse até hoje acerca das sepulturas romanas. Jazigos amplos, com terreno de serventia e hortelão para o cuidar... não temos notícia. Se vieram de Óstia, onde, na Isola Sacra, o fausto se perpetua no Além, aqui esses romanos não tiveram possibilidade de imitar. Por outro lado, aqui, se acreditassem num periódico repasto necessário, o granito não ajudava a figurarem nele cenas de funerário banquete, o defunto reclinado no seu leito, víveres à mão de semear, jarros de voluptuoso néctar, como nas majestosas estelas de Lara de los Infantes, não muito longe dali...

«Se vieram...». É verdade: donde terão vindo os romanos desta Beira Interior, se é a antroponímia indígena que predomina e se — Ana Paula Ferreira demonstra-o bem — nem sequer a aculturação onomástica resulta em perfeição? Para cabal resposta à pergunta, a tipologia dos monumentos funerários desempenharia papel fundamental — pois é aquela recordação de infância de que se falava atrás.

Com efeito, pese muito embora a convicção, recentemente retomada por Robert Étienne, na obra que assinou com Françoise Mayet a propósito do vinho hispânico (*Le Vin Hispanique*, Paris, 2000, sobretudo nas páginas 54-58) de que as cupas, esses túmulos em forma de pipa tão presentes no *conventus Pacensis*, em Mérida e mesmo em Barcelona, simbolizariam a bebida — qual bem apaladado vinho... — de que o defunto se inebriaria no Além, estou em crer que, também neste caso, o túmulo pretende ser, simplesmente, a imagem do lar confortável em que muito nos aprazeria viver. Como assim?

Visitar Matmata, hoje, no dealbar do século XXI, por mais prevenidos que estejamos, não deixa de nos causar surpresa, ainda que, bem depressa, compreendamos a razão pela qual esses berberes tunisinos, já quase na franja do deserto, preferiam ser trogloditas, cavar no solo as casas abobadadas e aí repousarem de novo e se protegerem das intempéries. Admirar-nos-emos também se, no hotel, nos propuserem dormir em camarata comum, no subsolo, sob um tecto de abóbada perfeita. A cobertura em abóbada era, aliás, recordamos de imediato, a cobertura corrente nas casas alentejanas típicas — onde a tradição árabe foi predominante.

Para mim, portanto, as cupas, mais ou menos alindadas, em determinado momento por graça ‘transformadas’ em barricas, quando já se lhes perdera o significado inicial, nada mais são do que a recordação dos tempos idos, passados no Norte de África, daqueles que para aqui vieram viver (cf. José María Blázquez, *Religiones, ritos y creencias funerarias de la Hispania prerromana*, Madrid, 2001, p. 214).

Recuemos milénios atrás: quando chegaram a essas paragens norte-africanas, não terá sido esse viver algo que muito impressionou os Romanos? Plínio-o-Velho, na sua *História Natural* (livro V, 45), não afirma, com um certo espanto, que *Troglodytae specus excavant; haec illis domus*, «os Trogloditas cavam cavernas, essa é a sua casa»? E morrer, enfim, não é como... voltar ao ventre da Terra-Mãe?...

Por isso não há cupas no espólio funerário romano da Beira Interior. As suas gentes não tiveram contactos com a África e mesmo que, visitando *Augusta Emerita*, lá vissem sepulcros assim, nenhum entusiasmo lhes suscitariam, por estarem por completo fora desse contexto vivencial.

Na Beira Interior, há as placas — a embutir em edifícios; e há, de modo muito especial, esses blocos aparelhados, muito próprios para construir mansões. E as casas romanas seriam,

aí, como o foram as casas da região até algumas décadas atrás: pedra sobre pedra, calçadas, um pouco de argamassa aqui e além para tapar as fendas e resguardar de friagens, um lintel mais trabalhado sobre a porta com nome de proprietário e data de construção ou sinal de magia a solicitar divina protecção...

Nas sepulturas, o lintel era a pedra com o epitáfio gravado, em letras bem visíveis, para que se lesse de longe, moldura singela a marcar diferenças e sublinhar bom gosto. Nenhum adorno específico, que também assim se passa na vida, tempo não há para estéticas desnecessárias, o sorrir da Natureza é bastante para alegrar vidas e consolar defuntos... Cada família teria o seu jazigo. Muito amplo não careceria, que nele se guardavam urnas cinerárias, cá fora se poriam as oferendas, quando calhasse, em dia de aniversário ou quando a saudade o ditasse.

Durante muito tempo andei eu às voltas com este estranho tipo de monumentos, assim desgarrados de contexto. A ida a Matmata alertou-me para as cupas; a demorada visita, em Junho último, à secção lapidar romana do British Museum, em que se mostram urnas que são belíssimas cópias arquitectónicas de casas, inclusive com realística representação da cobertura em *imbrices* e *tegulae*, completou a suspeita: é o sepulcro a mansão para a eternidade. Sonha-a cada qual consoante os seus protótipos, conforme os modelos do seu quotidiano existir. Nestas terras graníticas da Beira, floreados arquitectónicos não se casavam na paisagem.

Fez Ana Paula Ramos Ferreira a necessária revisão de toda a epigrafia funerária a que pôde ter acesso. Natural é que um ou outro monumento lhe tenha escapado. Utilizou desde logo o inventário epigráfico que, no âmbito do projecto de dar a conhecer a totalidade das inscrições da *civitas Igaeditanorum*, numa actualização do *corpus* preparado por D. Fernando de Almeida (*Egitânia. História e Arqueologia*, Lisboa, 1956), Vasco Mantas e eu próprio havíamos iniciado. E pôs no papel reflexões e conclusões, com base nesse conjunto reunido:

«Esta sociedade pouco receptiva à onomástica romana assimilou facilmente ideias religiosas e práticas funerárias romanas (...). Os tiques patentes nos monumentos epigráficos aqui estudados, não em sumptuosidade, mas textualmente aproximam-se dos que encontramos na epigrafia urbana das cidades romanizadas da *Hispania meridional*».

Só que o suporte denota a continuidade, o apego à terra, à casa que arquitectonicamente vai salpicando a paisagem. Casas de vivos e casas de... antepassados. Na (con)vivência que, inovando, imortaliza a continuidade.

Também por esse motivo, pelas reflexões outras que suscita, este ponto da situação em boa hora gizado por Ana Paula Ferreira, merece palavras de muito encómio. Acabamos por surpreender, com ela, os Romanos num momento crucial e inevitável da nossa — e deles! — difícil caminhada. E alfim caímos em nós: os sonhos acalentados em vida são botões a desabrochar no Além! Na mansão que idealizámos ou que outros, com ternura, para nós quiseram idealizar!

Cascais, 15 de Novembro de 2003

José d'Encarnação

# Preâmbulo

A investigação que ora se publica resultou, na íntegra, da nossa dissertação de mestrado — orientada pelo Professor Doutor José d’Encarnação — apresentada, em 2000, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Foi objectivo fundamental deste trabalho proceder à reconstituição sócio-demográfica da Beira Interior romana através da epigrafia funerária. Partimos, assim, de palavras escritas há cerca de dois mil anos, pelo que, sabíamos-lo antecipadamente, as dúvidas foram muitas e as adversidades também, como o seriam em qualquer estudo que visasse o entendimento do passado. Comprovámos, contudo, que são as estradas mais sinuosas que proporcionam as melhores vistas. Assim foi a realização deste trabalho, entre o Verão tórrido de Castelo Branco e o frio extremo de Manteigas, entre as inesquecíveis conversas com a população à sombra de uma qualquer árvore ou à beira da taberna, onde as cartas e as palavras ajudam a passar o tempo, e os quilómetros de solidão em busca de uma aldeia recôndita: sempre na esperança de uma informação, de uma pista, de mais uma pedra... daquelas que falam! E a emoção quando as encontrávamos!...

E foi com gáudio que verificámos o orgulho que a maioria da população manifesta pelo seu património cultural, protegendo, nem sempre da melhor forma, é certo, mas sempre com a melhor das intenções, as peças de valor histórico de proveniência local.

Não podemos, ainda, deixar de referir que este é apenas um trabalho embrionário que é preciso fazer crescer, e do qual resultam como certezas só as dúvidas. Afinal, a sensação será comum à de tantos outros que mergulham numa investigação, e que, no momento em que têm de dar o trabalho por terminado, sentem que a sua contribuição é ínfima e logo estará desactualizada. Mas não é este o sentimento que nos empurra para novas pesquisas e nos permite aproximar desse passado que, certamente, tanto tem por desvendar?

Por fim, não ousaríamos terminar sem manifestar o nosso agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a consecução desta investigação.

Em primeiro lugar, destacamos a Fundação Calouste Gulbenkian, que nos honrou com a atribuição de uma Bolsa de Mestrado, sem a qual este estudo teria sido incomportável.

Agradecemos também a todos os funcionários de museus e particulares que nos abriram as suas portas, permitindo a visualização, análise e registo fotográfico das epígrafes.

A nossa gratidão a todos os familiares e amigos que souberam dar uma pista de trabalho, ou, tão simplesmente, levantar o ânimo em momentos de maior desalento.

Ainda uma nota de agradecimento ao Instituto Português de Arqueologia, por promover a publicação desta monografia.

As últimas palavras queremos dedicá-las àquele que foi o responsável, logo no início do nosso percurso académico, pela opção pelo estudo da Epigrafia: o Professor Doutor José d’Encarnação. Aqui lhe deixamos um agradecimento muito especial: primeiro ao amigo que nos fez acreditar neste sonho, depois ao mestre que, sempre atento, habilmente nos conduziu na consecução deste estudo.

# Introdução

Certamente poucas regiões da Hispânia proporcionaram um tão rico espólio epigráfico como as actuais regiões da Guarda e de Castelo Branco. Este espólio deve-se essencialmente aos vestígios do centro urbano que terá existido na actual aldeia de Idanha-a-Velha. A restante região carece de grandes cidades, pelo menos que tenham chegado ao nosso conhecimento.

Localizados entre os 39° 30' e os 41° 10' de latitude Norte e os 6° 50' e os 8° 10' de longitude Oeste, estes dois distritos situam-se no mais profundo interior do território nacional. Se, no conjunto, o limite Este dos dois distritos estabelece a fronteira com as terras de Espanha, é aproximadamente na área de contacto entre os dois distritos que se encontram os principais acidentes geomorfológicos que separam o Alto Portugal, mais montanhoso, do Portugal Meridional, mais aplanado. Áreas de planalto a Norte e áreas de planície a Sul, surgem recortadas por formas de relevo fortemente movimentadas que correspondem à Serra da Estrela e à Serra da Gardunha, no sector Ocidental do sistema montanhoso que atravessa a Península Ibérica de ENE para WSW.

A conquista romana da Península Ibérica iniciou-se em 218 a.C. com o desembarque das tropas de Cneu Cipião em Ampúrias (Alarcão, 1988b, p. 13), tendo sido concluída por Augusto (Alarcão, 1988b, p. 28). A pacificação do território que ora nos ocupa, cujos recursos de ouro e estanho aluviais, de ferro e até chumbo interessavam aos Romanos, não ocorreu antes de 44 a.C., sendo que desde 194 ou 193 os Romanos defrontavam os Lusitanos<sup>1</sup> (Alarcão, 1990a, p. 347-349).

Não existia uma unidade étnica, linguística ou cultural no nosso território quando os Romanos cá chegaram. O reordenamento territorial por eles efectuado passou pela definição de *civitates* e de uma rede viária que facilitasse as comunicações, contribuindo assim para a integração das populações na respectiva *civitas* (Alarcão, 1988b, p. 10). Esta integração tornar-se-ia mais fácil pelo facto de, na definição territorial das *civitates*, os Romanos não terem atendido apenas aos limites geográficos naturais, mas também às divisões etnicoculturais pré-existentes, fazendo coincidir os limites de uma *civitas* com os de uma anterior unidade étnica ou política (Alarcão, 1990b, p. 360).

Esta reforma político-administrativa da região mais ocidental da Península Ibérica, nomeadamente da parte actualmente portuguesa, iniciou-se logo com Augusto, com o objectivo de fixar ao solo entre o Tejo e o Douro os povos que desde há muito praticavam a transumância. Neste contexto, verificou-se o desenvolvimento de centros urbanos como uma necessidade decorrente da organização geral do território através quer da promoção de núcleos populacionais indígenas, como *Conimbriga*, quer mesmo de cidades novas como a *civitas Igaeditanorum* (Mantas, 1988, p. 417).

A fundação desta cidade deve ser considerada na sequência do estabelecimento da *colonia Norba Caesarina*, deduzida em 35 a.C. (Mantas, 1988, p. 419), sendo certamente uma fundação de Augusto, promovida ao estatuto municipal sob os Flávios (Mantas, 1987, p. 29). Existia já em 16 a.C., porque nesta data um cidadão de *Augusta Emerita* doou à cidade um relógio de sol<sup>2</sup> (Alarcão, 1988b, p. 35), marcando a introdução na vida pública local de práticas consignadas na legislação romana, nomeadamente quanto ao horário de funcionamento dos tri-

bunais (Mantas, 1987, p. 27). Alguns anos mais tarde, esta *civitas* homenageia *Caius Caesar*, neto de Augusto e seu herdeiro presuntivo (cf. Almeida, 1955).

As *civitates* foram integradas em *conventus*, essencialmente umas circunscrições judiciais criadas com o objectivo de facilitar a administração da justiça. Se actualmente não existem dúvidas quanto à inclusão dos distritos da Guarda e de Castelo Branco na Lusitânia, o mesmo não se passa em relação à sua integração num convento jurídico: se o distrito da Guarda pertencia ao *conventus Emeritensis*, o de Castelo Branco pertenceria, muito provavelmente, ao *Scallabitanus* e ao *Emeritensis*, nomeadamente a zona leste, tendo em conta o traçado da rede viária e os condicionalismos de ordem geográfica (Mantas, 1988, p. 418, n. 21; Alarcão, 1990c, p. 384-385).

E se os aspectos político-administrativos cedo foram alvo de atenção, certo é que eles promoveram de imediato uma “inserção” da população indígena nos hábitos culturais trazidos pelo colono. E, entre estes, o que mais perdurou no tempo foi, sem dúvida, o uso da pedra para nela se transmitir mensagem duradoura. É essa a fonte primeira desta investigação.

É, assim, objectivo deste trabalho, partindo do contributo da epigrafia funerária<sup>3</sup> lusitano-romana dos distritos de Castelo Branco e da Guarda, fazer o estudo sócio-demográfico da Beira Interior ao tempo dos Romanos, avaliando do grau de aculturação da população desta região e, desta forma, se não responder, pelo menos abrir pistas de reflexão à questão-motor — epigrafia funerária da Beira Interior: inovação ou continuidade?

Sabemos que nos cingimos a divisões administrativas actuais que não corresponderiam à realidade romana, o que, obviamente, limita quaisquer conclusões. No entanto, qualquer outra delimitação territorial seria igualmente criticável, pelo que optámos por elaborar uma carta epigráfica local, até porque não é nosso objectivo discutir o tema da geografia política desta vasta região ao tempo dos Romanos.

Reúne-se, pela primeira vez, a epigrafia funerária da região. Região esta que nunca foi alvo de um estudo sistemático. É uma zona por demais importante no âmbito do conhecimento da Lusitânia Romana que, como é sabido, não tem merecido da comunidade científica a atenção devida. Procurámos apresentar o mais rigorosamente possível os dados epigráficos, de molde a escalpelizar o fértil leque de informações contidas na amostra. Realçamos que a pesquisa teve em consideração publicações feitas até Julho de 2000.

Tendo, obviamente, em conta que a interpretação de material epigráfico como recurso para obter informações sobre a população antiga de uma determinada região se revela plena de dificuldades (cf. Hopkins, 1987; Salmon, 1987), tentámos detectar os diversos grupos sociais, definir relações de parentesco, abordar aspectos demográficos, esclarecer questões tipológicas, determinando a que códigos estéticos obedeceram, e até, se possível, revelar aspectos da vida privada.

Assim, a presente obra articula-se em duas partes fundamentais. Na primeira, faz-se o estudo sócio-demográfico da Beira Interior ao tempo dos Romanos. Começamos pela análise onomástica, onde procurámos verificar que tipo de antropónimos domina na área geográfica em estudo, assim como detectar as várias fases da aculturação onomástica latina entre os indígenas. Apresenta-se, ainda, uma panorâmica das componentes sociais detectadas, tendo-se procedido não só à identificação epigráfica de escravos e libertos, à distinção entre cidadãos romanos e indígenas romanizados, à detecção de movimentos populacionais e da nata local, bem como a uma incursão pela vida privada destas personagens. Assim se detectaram relações de parentesco e, quantas vezes, outras menos explícitas, como, por exemplo, a relação amorosa de indivíduos que, não sendo casados, viviam maritalmente. Enfim, uma tentativa de caracterização da estrutura social da população da Beira Interior ao tempo dos Romanos.



Segue-se uma breve análise demográfica — as informações relativas à idade da morte — e uma abordagem à estrutura textual e ao formulário das epígrafes. Trata-se depois a questão da tipologia, material e decoração, sempre em relação com as anteriores referências. Por fim, apresentam-se pistas relativas à componente sócio-demográfica da Beira Interior e do seu comportamento face aos invasores Romanos.

A segunda parte diz respeito ao catálogo, onde se reúnem 241 inscrições (sendo duas falsas) relativas a cerca de 821 indivíduos, entre inscrições publicadas e inéditas.

O catálogo organiza-se por ordem alfabética do local de achado (distrito, concelho, freguesia) e primeiro nome citado. Seguem-se os textos incompletos, seguindo o critério do maior para o menor número de caracteres identificáveis; no final, encontram-se as epígrafes de proveniência desconhecida.

O estudo de cada epitáfio, identificado com um número árabe, rege-se pelos moldes do *IRCP*, iniciando-se com a indicação, por abreviatura, do local do achamento (Ach.) e do actual paradeiro (Par.).

Segue-se a descrição<sup>4</sup> e a indicação das dimensões do monumento e do campo epigráfico (pela seguinte ordem: alt x larg x esp); quando as inscrições são inéditas, indica-se, também, a altura das respectivas letras. Depois, a transcrição do texto<sup>5</sup>, seguindo as regras fixadas por José d'Encarnação (1987<sup>2</sup>, p. 14-15); a tradução o mais aproximada possível, daí a omissão de “filho de” quando o texto o não indica expressamente; a indicação da bibliografia, variantes de leitura e, por fim, o comentário paleográfico e histórico.

Mereceu, assim, a nossa atenção na elaboração do catálogo não só o texto, mas também a descrição do monumento, tantas vezes esquecida ou considerada secundária (cf. Bonneville, 1984). Esta abordagem exigiu que cada monumento fosse analisado em particular, no sentido de colmatar descrições incorrectas ou, simplesmente, inexistentes<sup>6</sup> e de rever leituras e traduções menos exactas. Para tal, foi necessário recorrer à visualização directa do monumento ou à sua fotografia, nomeadamente no que diz respeito às inscrições de Idanha, das quais se dispõe de uma óptima colecção fotográfica.

Procurámos, também, estabelecer uma datação para cada uma das epígrafes. Tendo presente que apenas podemos situar a inscrição num período amplo, não nos acomodámos a critérios gerais, pois, como é sabido, são de pouco valor para a extensão do Império. Uma vez que para o conjunto em estudo não se conhece o seu contexto arqueológico de procedência<sup>7</sup>, recorreremos para a datação a critérios apresentados por José d'Encarnação (1998, p. 67-68) válidos para esta região: a ausência ou presença da invocação aos deuses Manes; a onomástica e o modo de identificação<sup>8</sup>; a menção da tribo<sup>9</sup>; a simplicidade textual ou, pelo contrário, a presença, por exemplo, de adjectivos; a presença ou ausência das fórmulas *H.S.E* e *S.T.T.L.*; a paleografia e a tipologia do monumento. A utilização combinada, e nunca isolada, destes critérios permitiu avançar com algumas datações.

Índices epigráficos (em que os números identificam sempre as inscrições), tábuas de correspondência, a bibliografia consultada<sup>10</sup> e o álbum fotográfico completarão o trabalho.

Refira-se, ainda, que as fotografias apresentadas são da autoria de Delfim Ferreira e pertencem ao Arquivo Fotográfico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, à excepção das identificadas com os números 1, 2, 3, 4, 5, 26, 33, 41, 42, 43, 44 e 46, que são da autoria da signatária.

- <sup>1</sup> Estes, provavelmente, não corresponderiam a um *populus*, mas a um conjunto de *populi* da Beira Interior (cf. Alarcão, 1988a, p. 15-16, 1990a p. 354, 1992 p. 344-345) e seriam uma população indo-europeia pré-céltica, como se deduz da língua atestada nas inscrições rupestres do Cabeço das Fráguas e de Lamas de Moledo (Alarcão, 1996, p. 26-27).
- <sup>2</sup> A doação deste relógio (*ILER* 2082) à *civitas Igaeditanorum* por um indivíduo, presumivelmente emigrado desde a capital, *Augusta Emerita*, e que havia chegado à cidade ao abrigo de algum pacto de hospitalidade no ano de 16 a.C., converte esta doação na mais antiga de um particular, das conhecidas na Lusitânia (Andreu Pintado, 1999, p. 47; Rodríguez Cortés e Salinas de Frías, 2000b, p. 22).
- <sup>3</sup> Por esta entendemos não só os epitáfios, mas todas as inscrições que memoram o defunto, muitas vezes noutra localidade que não a de enterramento. Este tipo de inscrições é muito fértil porque quem escreve ou quem manda escrever os textos memorativos, fá-lo para perpetuar a memória dos que partem à semelhança dos ideais dos que ficam. E se é verdade que, como escreveu Pierre Salmon (1987, p. 112), “il est risqué de chercher dans les inscriptions funéraires le secret de la mortalité du passé”, elas ajudam, com certeza, a aproximarmo-nos do seu conhecimento.
- <sup>4</sup> Na classificação tipológica dos monumentos, dada a ambiguidade e incoerência correntes, utilizou-se a seguinte terminologia: ara, blocos (de forma paralelepípedica e espessura superior a 30 cm), estela (monumento de direcção vertical, em que a espessura ronda os 25 cm), cipo (monumento de direcção vertical, de dimensões consideráveis e espessura que ronda os 40 cm) e placas (de forma quadrangular ou rectangular e espessura que ronde os 25 cm). Note-se, no entanto, a relatividade deste tipo de classificação que, não sendo rígida, é necessária ao rigor de qualquer pesquisa. Relativamente à descrição das molduras seguiu-se a proposta apresentada por J. N. Bonneville (1980). Quanto ao suporte dá-se apenas a indicação do material utilizado, não se tendo feito o estudo científico para o qual é necessário um método particular e técnicas precisas que não cabem no âmbito deste trabalho.
- <sup>5</sup> Quando se trata de cognomes que se conhecem apenas no genitivo, faz-se uma opção de transcrição no catálogo, registando-se no índice onomástico as duas hipóteses de nominativo.
- <sup>6</sup> Diga-se, a título de exemplo, que muitos monumentos estavam classificados como “pedaço de granito”.
- <sup>7</sup> Grande parte dos monumentos foi, pelas suas características tipológicas, reaproveitada em construções, impedindo um conhecimento concreto do sítio onde primitivamente teriam sido utilizadas. Aliás, até a sua localização administrativa levantou sérios problemas, verificando-se confusões nas diferentes publicações. Além disso, as informações arqueológicas são escassas, pelo que se torna impraticável relacioná-las com os dados epigráficos.
- <sup>8</sup> Critério impossível de utilizar isolado, aliás como qualquer dos outros, como o prova uma inscrição achada no Cabeço do Crasto - S. Romão, Seia (cf. Guerra, 1989), datada, pelos cônsules epónimos, de 217 d.C., onde, apesar de nos situarmos numa época tardia, a personagem que consagra a inscrição, *Vegetus Talabari filius*), apresenta onomástica tradicional, embora convivendo já com elementos romanos. Assim, como já alertou Amílcar Guerra (1989, p. 427), este caso chama a atenção para o facto de um nome, ainda que aparentemente integrável nos tipos que parecem denunciar uma fase precoce de romanização, pode encontrar-se em épocas bastante tardias.
- <sup>9</sup> Sem entrar na discussão da anterioridade ou não da *tribu Quirina* aos Flávios (cf. Nony, 1968). Considerou-se a hipótese, geralmente aceite, de que a *tribu Galeria* indica uma cidade à qual o *ius Latii* foi outorgado por Augusto e que a *tribu Quirina* denuncia um aglomerado urbano que recebe o mesmo direito no tempo dos Flávios (Alarcão, 1990b, p. 360, n. 14).
- <sup>10</sup> Quando às obras bibliográficas citadas ao longo deste trabalho se segue um número sem a abreviatura p., indicativa de página, significa que se está a fazer referência ao número da inscrição na referida obra.

